

HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Aluna: Maria Beatriz da Costa Baptista de Leão (PIBIC/CNPq)

Orientador: Luís Reznik

Introdução

Há muito tempo historiadores vêm se dedicando à investigação acerca dos livros didáticos no Brasil. No entanto, há poucos trabalhos sobre este tipo de produção do período pré-1930. A pesquisa em que estou inserida busca analisar uma série de livros didáticos publicados entre 1918 e 1932, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada).

A referida série era inédita no cenário nacional; chamada “Resumo Didactico”, e composta por 10 títulos dedicados à História Regional, era destinada às escolas primárias, tanto aos alunos quanto aos professores. Os principais eixos de análise são: o mercado editorial da época, o movimento do escolanovismo, História regional e ensino de História, e os historiadores e autores de livros didáticos do período.

Objetivos

Nesta pesquisa, coube a mim fazer a análise do livro *História da cidade do Rio de Janeiro*, de autoria de Max Fleiüss, publicado em 1928, integrante da coleção. Foram utilizados para comparação outros dois livros didáticos contemporâneos a este: *História da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os programas das escolas públicas municipais*, de autoria de Delgado de Carvalho, publicado em 1926, e *História da cidade do Rio de Janeiro, para uso das escolas*, de Nelson Costa, publicado em 1933. Os eixos de análise e comparação dos livros de minha parte na pesquisa são: linguagem utilizada, ilustrações, temas abordados e periodização proposta pelo autor.

Metodologia

A pesquisa, em seu momento de trabalho em grupo, começou com algumas discussões sobre o escolanovismo, e sobre a Associação Brasileira de Educação, com o livro de Marta Carvalho intitulado *Molde nacional e fôrma cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Depois, foi feita a leitura de capítulos do livro *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Jr. Desse modo, pudemos discutir a questão da “invenção” de uma região, que deve ser desnaturalizada e pensada por esta chave de análise de construção, e, por este viés, a História regional, com o exemplo do Nordeste como pano de fundo do debate.

Foi lida também uma parte do livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*, de Tânia Regina de Luca, como base para análise da História e Geografia e seu papel no início do século XX. Dando prosseguimento a este mesmo tema, um texto muito significativo trabalhado na pesquisa foram os dois primeiros capítulos do livro de Angela de Castro Gomes intitulado *A República, a História e o IHGB*, que deu a base mais forte para pensar o modo como a História passava a ser vista no início da República no Brasil.

Dividimos a pesquisa em eixos mais específicos para cada um dos três bolsistas PIBIC. Minha parte já foi mencionada anteriormente. Quanto aos outros dois, um ficou responsável pela análise do livro da coleção acerca do Paraná, tentando compreender como seu autor, Rocha Pombo, escreve a história do estado em questão, e que imagem do mesmo é construída. O outro se encarregou de saber como estava o mercado editorial da época, o lugar dos livros didáticos neste mercado, e quem eram os principais livreiros e editores, para ajudar a entender em que contexto editorial a coleção “Resumo Didactico” estava sendo publicada.

Foram feitos, entre as leituras para a base mais teórica, levantamentos dos livros didáticos da época que tratavam de História Regional para poder ser estabelecido um parâmetro de comparação, análise e identificação dos elementos supracitados, como a nova pedagogia, bem como as concepções de História, que então eram revistas. Buscamos também a legislação educacional do período em cada estado da série “Resumo Didactico” para saber se havia determinação legal do ensino de História Regional que incentivasse um empreendimento editorial como a coleção que é o centro da pesquisa.

Durante a leitura do prefácio do livro de Delgado de Carvalho, me deparei com a indicação de um novo programa para as escolas primárias, de 1926 [1]. Fui, então, à procura deste programa no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde o encontrei. Busquei em seu edital e em sua introdução os elementos com que Carneiro Leão, Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, justificava a necessidade de um novo programa para a instrução pública primária, e, nas orientações e indicações por disciplina, o que estava previsto para ser lecionado para cada ano em História.

Conclusão

Realizadas as atividades descritas acima, eis as conclusões a que cheguei, separadas em seções para sua melhor exposição.

1. A Primeira República e a História

A Primeira República, chamada por intelectuais e políticos do pós-1930 de “República Velha”, foi um momento em que, ao contrário do apregoador por muitos, houve várias tentativas de se repensar a História do país. O momento de consolidação do regime republicano exigia uma revisão da História nacional produzida até então, para que se pudesse, através desta disciplina, recriar o passado comum aos brasileiros, que não fosse contrário aos novos interesses do Estado.

A intenção dos intelectuais deste momento era sugerir a passagem de um estado de atraso, relacionado à monarquia e à escravidão, para um novo, moderno e civilizado. Era preciso que o povo brasileiro aceitasse a República, e aderisse ao novo regime. Nesse intuito, políticos e intelectuais, que muitas vezes não eram categorias distintas, se empenharam em várias vertentes de modernização do país, e uma delas era a História. Esta disciplina era considerada, conforme Angela de Castro Gomes, um dos “índices de civilização e progresso” das nações.

Havia uma intenção comum, reescrever a História do Brasil; os projetos para tal, no entanto, eram os mais diversos. Cada um envolvia, em suas propostas, uma determinada concepção acerca do que deveria ser lembrado, registrado, na reconstrução do passado, e de como ele deveria ser escrito. A tensão entre uma História científica e a escrita com arte era um dos dilemas enfrentados neste momento, com que os autores dos livros aqui analisados se depararam ao escrever.

2. O escolanovismo

O escolanovismo foi um movimento de renovação escolar configurado no final do século XIX e início do XX, na Europa, e também nos EUA, que ganhou força no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Com apoio nas ciências, em especial a Biologia, Sociologia e Psicologia, a Escola Nova visava reconstruir o sistema educacional, para melhor proveito dos alunos.

Este movimento visava à formação integral dos alunos. Isto significava incluir na educação, para além das conhecidas disciplinas como História, Matemática e Língua Portuguesa, questões relativas à vida do aluno como higiene e moral. Eram também vistas como fundamentais as atividades que complementavam as salas de aula e que expandiam as lições ali aprendidas pela vivência e experiência: idas a bibliotecas, o cinema educativo, excursões e atividades físicas. O conhecimento puramente acadêmico e “sem vida” tem um valor reduzido neste movimento de renovação. Era preciso vivificar o ensino, de modo que o aluno não ficasse entediado, mas entusiasmado com a escola. Uma das preocupações referentes a isso era a da leitura; muitos escolanovistas estudaram com afinco a questão da leitura silenciosa, individual e prazerosa, mesmo que científica.

Com a contribuição, principalmente, da Psicologia e da Sociologia, a criança passava a ser vista como alguém em uma etapa diferenciada da vida, com necessidades próprias. A infância foi problematizada, e chegou-se à conclusão de que deveria haver, na escola, mudanças para atender estas necessidades específicas das crianças, como, por exemplo, livros didáticos adequados. Além disso, começa a se perceber que o entendimento e a lógica e raciocínio das crianças estavam estreitamente relacionados ao que é concreto, e ao que é de sua experiência de vida, empírico.

A História regional, ao tratar de realidades supostamente próximas, espacialmente, à criança, vinculava-se à perspectiva escolanovista; o mesmo se pode afirmar da proposta da coleção *Resumo Didactico*, de fazer livros didáticos direcionados ao público da escola primária. Lourenço Filho era consultor da Melhoramentos, e um dos ativos escolanovistas do país, o que é mais um indício de que a coleção é, de fato, relacionada a este movimento de renovação escolar.

3. O programa de 1926

O novo programa de instrução pública das escolas da cidade do Rio de Janeiro, de 1926, foi elaborado por Carneiro Leão, Diretor de Instrução Pública do então Distrito Federal. Este intelectual brasileiro tinha como uma de suas principais preocupações a educação do país, e o programa de 1926 é resultado de sua dedicação a esta área. Envolveu-se com as novas pedagogias do movimento de renovação escolar chamado *escolanovismo* e foi um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932.

O programa de 1926 determinava a utilização do método concêntrico nas escolas. Isso significa dizer que o ensino seria dividido em etapas, partindo das realidades mais próximas da criança, e ampliando os conhecimentos de modo gradativo até chegar ao mais abstrato e mais distante dela.

O ensino da História “deve ter por finalidade, não a retenção de façanhas e de fatos, mas a formação, com base na geografia, da consciência social. Menos preocupado com os fatos guerreiros e políticos do que com os sociais e econômicos, deve ser o seu ensino na escola.” É afirmado também que “a História abrange tudo o que é indispensável para o aluno conhecer a si próprio e ao meio em que vive.” (Programa de 1926)

Em termos do ensino de História, conforme as indicações feitas pelo programa de 1926, o método concêntrico se traduz da seguinte forma: o primeiro ano do primário deveria ter

como eixo central da disciplina o próprio aluno, sua família e sua história pessoal, com conversas e palestras orientadas neste sentido. O segundo ano, ampliando este primeiro contato com o que é a História, teria como ponto central alguns contrastes entre os hábitos contemporâneos e antigos de alimentação, vestuário, transportes e habitação. Deveria ser abordado o Rio antigo e o moderno, com questões como o tamanho da cidade, algumas festas populares, os engenhos de açúcar, e a Quinta da Boa Vista. Além disso, era previsto contar algumas histórias da cidade, sobre sua fundação e o Morro do Castelo, e lendas indígenas e africanas, bem como as de Caramuru, João Ramalho, Zumbi, origem do milho, mandioca e algodão. Para que os assuntos das palestras fossem melhor compreendidos pelas crianças, afirmava o programa que “o ensino dos usos e costumes antigos deve ser feito com o auxílio de quadros, fotografias e desenhos elucidativos, sempre entremeados de contos, anedotas de fatos e de personagens cuja ação resulte viva, concreta e interessante.” Isto é certamente relacionado com as novas pedagogias desenvolvidas, que afirmavam que a criança precisa de algo que dê maior concretude ao que está sendo estudado.

Cabe aqui destacar um ponto da introdução do programa, em que é colocada a questão – crucial para o escolanovismo – de vivificar o ensino, e fazer dele um momento de prazer para o estudante. Trazer a “vida de todos os dias” para a sala de aula era uma forma de dar sentido aos estudos, e torná-los atraentes aos olhos dos alunos. Afirma Carneiro Leão que, seguidos os preceitos ali expostos, “o ensino assim dirigido é uma fonte de prazer, para os alunos, pelo encanto de tais lições; para os pais, por compreenderem o alcance prático, a utilidade imediata dos estudos dos filhos; para os mestres, porque têm sempre à mão um manancial inesgotável de excelentes iniciativas, capazes de tornar as suas aulas vivas e atraentes.”

As indicações referentes ao terceiro ano eram também de caráter comparativo entre o Rio antigo e contemporâneo; vale destacar a preocupação relativa à linguagem utilizada em sala de aula: “Contar, *em linguagem atraente ao alcance das crianças*, alguns episódios interessantes da fundação da cidade do Rio de Janeiro, Ilha de Villegaignon (...)” [2]. O cotidiano dos alunos passava a ser uma parte integrante e importante das aulas; era fortemente recomendado pela introdução do programa que “seja a vida de todos os dias o material com que a escola trabalhe.” Neste sentido, um dos itens da disciplina História para o terceiro ano primário era: “Pequenas narrativas, anedotas e explicações referentes às principais ruas, praças, monumentos e acontecimentos históricos da cidade (...)”. Trazer o que era concreto, o que podia ser observado e vivenciado pelas crianças em seu dia-a-dia para a sala de aula, era um dos elementos preconizados pela Escola Nova e, não por acaso, estava incluído no programa criado por um de seus entusiastas.

O programa para o quarto ano primário é o que mais interessa a esta pesquisa. Recomendava o ensino da História do Distrito Federal, de forma inovadora; seria uma espécie de introdução ao estudo da História do Brasil, que se faria posteriormente, em outros anos da escola, com uma pequena parte ainda no quarto ano, a ser trabalhada depois da cidade do Rio de Janeiro.

Para atender às necessidades geradas pelas novas indicações para a disciplina História no quarto ano primário, escreveram livros didáticos Delgado de Carvalho, Max Fleiüss e Nelson Costa.

4. O livro de Delgado de Carvalho

Carlos Delgado de Carvalho era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e foi um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* de 1932. Sua *História da Cidade do Rio de Janeiro* é explicitamente uma resposta ao novo programa de ensino das escolas primárias do Distrito Federal. Em seu prefácio, o autor declara-se satisfeito por ver adotado o chamado “método concêntrico”, e afirma ter escrito este compêndio para reunir

dados esparsos e orientar os trabalhos em sala de aula. De fato, ao observar o índice, é possível perceber que seguiu as recomendações do novo programa, que determinava os temas principais a serem abordados. Além de cumprir as indicações, ampliou o livro com outros fatos e informações, e considerou tarefa do professor determinar o que era mais relevante a ser tratado com seus alunos.

A linguagem que utiliza no livro parece contribuir para este ideal da História científica. A maneira como escreveu Delgado de Carvalho é seca, buscando ser o mais isento possível de ufanismos e opiniões particulares. Diante da polêmica de seu tempo sobre a relação entre ciência e arte, em que havia o meio termo plausível de uma escrita científica, ainda que com arte, o autor parece ter optado apenas pelo viés da ciência em sua linguagem. Vale destacar que a clara preocupação com o “rigor científico” se traduz também em larga medida no uso de documentos e na transcrição de trechos escritos por outros historiadores.

Em seu prefácio, Delgado de Carvalho aborda uma das grandes preocupações de seu tempo: formar cidadãos que tivessem amor e interesse pela pátria e virtudes cívicas. A educação era vista como uma forma de inculcar estes valores nas crianças desde cedo, e tinha papel civilizador e moralizante [3]. A História era uma forma de mostrar o quanto a nação era grandiosa e deveria ser amada. Para amar a “grande Pátria”, o Brasil, no entanto, era preciso que a criança aprendesse a amar a “pequena Pátria”, ou seja, sua cidade, seu estado. Neste sentido, a História regional desempenha importante função. É notável esta preocupação de Delgado de Carvalho: “Ao mestre a quem cabe o primeiro ensinamento de história nacional a uma criança, é dada uma missão sublime: é o despertar de uma inteligência, o desabrochar de uma alma às coisas da Pátria. (...) A criança deverá ter a compreensão de que faz parte de um todo, uma nação, e que se acha ligado a um longo passado, representado pelos que lhe prepararam a sua missão.” [4].

Esta questão da pequena e grande Pátria está muito ligada ao escolanovismo. Segundo as novas pedagogias da época, a criança tinha um raciocínio muito relacionado à experiência concreta, às suas vivências diárias da concretude, sem a capacidade de abstração ainda formada. O concreto da região, do local, era mais facilmente compreendido pela criança do que o abstrato de um país, de uma nação como o Brasil. Não é mero acaso, portanto, que a história da cidade do Rio de Janeiro, para as crianças cariocas, fosse uma forma de introduzi-las à História do Brasil. Nas palavras de Delgado de Carvalho: “É, pois, de grande valor didático que venha a ser preliminarmente dado aos alunos um apanhado histórico cujos elementos principais, locais, monumentos e vestígios, estão ainda às nossas vistas, ao alcance de nossos sentidos e podem muito mais facilmente impressionar jovens imaginações, do que outras narrações, cujos quadros necessitam um esforço do espírito para a sua reconstituição.” [5].

Ainda com o intuito de dar à História alguma concretude para os alunos do primário, há outro ponto a destacar: as ilustrações. Este é um aspecto comum a todos os livros analisados. Embora não seja tão ricamente ilustrado quanto o de Max Fleiüss, ou o de Nelson Costa, o livro de Delgado de Carvalho tem, em folhas especiais, separadas do texto, algumas imagens como bustos, pinturas, mapas e mesmo fotos. Logo no início do livro, dedicado a Pereira Passos, há uma imagem do “grande prefeito”, conforme a expressão usada pelo autor.

É uma característica também comum aos livros tratar da expansão da cidade, bem como de seus “progressos materiais”. Abordam, em outras palavras, o tamanho que a cidade foi adquirindo e as construções e melhorias feitas ao longo do tempo, como ruas, caminhos, conventos, igrejas, chafarizes, aquedutos, casas de comércio, entre outras. Isso também era determinação do programa, em certa medida, pois estava incluída “A cidade – seus caminhos e suas ruas, seus conventos”, na primeira parte das indicações para o quarto ano. Delgado de

Carvalho mencionou e utilizou as palavras de outro historiador que trabalhou esta questão da expansão e desenvolvimento de ruas e caminhos da cidade, Felisbello Freire, que escreveu uma *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Não apenas a vida material da cidade aparece narrada nas páginas de Delgado de Carvalho. A cultura, as festas populares e a vida social também têm espaço, e descrições que, ao abordar o século XIX, contam inclusive com trechos da obra de França Junior. No entanto, embora trate mais detidamente da vida social, festas e costumes durante o Império, Delgado de Carvalho trabalha pouco em seu livro as questões políticas do período. Dera, porém, alguma atenção a D. Pedro II, que afirma ter tido a mais carinhosa atenção com a cidade do Rio de Janeiro, à qual dotou das instituições “mais úteis” e belos monumentos, trazendo melhorias, e “lentas transformações”.

O livro de Delgado de Carvalho, conforme mencionado, foi dedicado ao prefeito Pereira Passos. Seguindo as determinações do Programa de 1926, em que aparecem com destaque: “Administração Passos – embelezamento e saneamento da cidade. A obra de Oswaldo Cruz.”, há um grande detalhamento acerca das reformas urbanas promovidas por ele. Com a frase “Durante a sua última viagem à Europa, em 1913, veio a falecer a bordo o grande brasileiro” [6], Delgado de Carvalho deixa transparecer sua admiração pelo prefeito Pereira Passos. É ainda mais evidente no seguinte trecho: “Para fazer da velha cidade colonial uma capital moderna foi preciso a energia do velho de setenta anos que, com sua viajada experiência, sua alta competência e seu entusiasmo de moço, levou ao fim o seu plano, à custa de um trabalho assíduo diário de muitas horas. (...) deu o exemplo de incansável trabalho, animado do mais alto espírito de justiça.” [7] Mais adiante, escreveu: “Na Prefeitura, foi colossal a atividade do novo prefeito estendendo-se desde demolições de ruas inteiras de prédios velhos até os menores detalhes (...)” [8]. É interessante notar como, nesta parte do livro, quatro imagens parecem fazer parte do argumento do autor, com a seguinte observação no topo da página: “As diferentes datas permitem avaliar a rapidez com que eram executadas as obras na ‘Era dos Melhoramentos’.” [9].

A mesma admiração é demonstrada por Oswaldo Cruz. Utilizando as palavras de J. P. Fontenelle, em seu *Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil*, fica a seguinte afirmação no texto de Delgado de Carvalho: “ ‘Não há palavras com que enaltecer bastante o serviço imenso prestado por Oswaldo Cruz ao Brasil inteiro, erradicando de sua capital a endemia amarílica, cuja fama terrível atuava no estrangeiro, desmoralizando todo o país. (...)’ ” [10].

Ao final de seu livro, Delgado de Carvalho sugere uma lista de livros, comentada, que recomenda que sejam consultados para maiores informações acerca dos assuntos tratados. A lista está mais voltada para as professoras do que para os alunos, às quais ele dirige uma orientação de que, antes de darem suas aulas, fossem, em pequenos grupos, aos “diferentes pontos da cidade em que haja reconstituição do passado” [11].

5. O livro de Max Fleiüss

Max Fleiüss foi sócio grande-benemérito e secretário perpétuo do IHGB. Sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de 1928, integrante da coleção Resumo Didactico, tem grande preocupação com o “rigor científico”, e, tal como Delgado de Carvalho, isso se manifesta nas inúmeras citações de outros historiadores de renome, e na utilização da própria Revista do IHGB, e no uso de documentos, incorporados ao seu texto como ilustração ou como parte do argumento. É notável, neste sentido da cientificidade da escrita da História, a importância atribuída à precisão nas datas dos acontecimentos: Max Fleiüss, ao tratar do descobrimento do Brasil e da fundação da cidade do Rio de Janeiro, procura corrigir os erros historiográficos com relação às respectivas datas, argumentando sobre o porquê da correção. Além disso, a

profusão de datas – especificados, muitas vezes, dia e mês, e não apenas o ano – e nomes de pessoas que “fizeram a História da cidade” também denota esta preocupação.

É interessante notar que, no prefácio de seu livro, escrito por João Pandiá Calógeras, há a preocupação com a já mencionada polêmica da relação entre ciência e arte, e, segundo o prefaciador, o livro de Fleiüss “lê-se como romance, da primeira à última linha, sem que o interesse esmoreça por um instante sequer” [12]. Embora esta seja a imagem passada pelo prefácio, a leitura do livro não se assemelha à de um romance, sendo por vezes cansativa, e a linguagem não é tão simples para crianças, sendo mais rebuscada e trabalhada – especialmente se comparado com o livro de Nelson Costa.

Há que se mencionar aqui que na bibliografia do livro de Fleiüss, consta a referência do livro de Delgado de Carvalho, referido nesta pesquisa.

Há uma diferença temática em relação aos outros dois livros. Embora construa uma História propriamente da cidade do Rio de Janeiro, seu livro começa no descobrimento do Brasil, abordando desde a criação da Escola de Sagres até a chegada de Cabral a Porto Seguro. É o único dos três que trata do descobrimento do país.

Havia, no momento em que os três autores escreveram seus livros, uma grande preocupação em inspirar nos alunos sentimentos patrióticos e virtudes cívicas, como já foi mencionado aqui. É interessante o modo como Fleiüss o faz em seu livro. Primeiro, há o uso de pronomes possessivos na primeira pessoa do plural: “*nossa terra*”, “*nossa cidade*”, “*nossa Guanabara*” etc. Para explicar, depois, a origem do adjetivo pátrio dos nascidos na cidade do Rio de Janeiro, afirma Fleiüss: “A Ilha da Carioca e o respectivo rio deram seu nome aos filhos da cidade do Rio de Janeiro, que, por isso, são vulgarmente conhecidos pela designativa de *cariocas*.” [13]. Afirmar aos alunos que eles são *filhos* da cidade era incutir neles uma sensação de pertencimento imediato: o Rio de Janeiro era uma espécie de “mãe”, a quem deviam, portanto, respeito, amor e dedicação.

Ainda sobre este ponto, ao abordar o episódio das invasões francesas, no século XVI, Max Fleiüss se detém e fala longamente dos conflitos, e os descreve com detalhes, diferentemente de Delgado de Carvalho, que é mais resumido. Imediatamente antes de tratar das invasões, o autor, que em poucos momentos se mostrou parcial em sua narração, escreveu: “Se o Governo da Metrópole, melhor informado sobre *a excelência do Porto do Rio de Janeiro e da sua beleza sem rival em todo o mundo*, houvesse fundado e colonizado a cidade do Rio de Janeiro desde 1531, teria, com maior vantagem e facilidade, obtido aquilo que só trinta e seis anos mais tarde se conseguiu, a preço de maiores esforços e lutas.” [14]. Exaltou não só a natureza, mas também um personagem histórico, ao narrar os feitos de Estácio de Sá, afirmando que ele lutou como um herói, e que teve um “fim glorioso”. Fleiüss atribui aos franceses um caráter de quase “pragas” no Rio de Janeiro e, portanto, de presença indesejável, já que as terras seriam legitimamente dos portugueses, ao utilizar o verbo “infestar” no que se referia aos “invasores”. A defesa da cidade era obrigação de todos os cariocas, seu dever cívico e patriótico.

Isto volta a ser objeto de estudo no livro de Fleiüss em um capítulo de 12 páginas para as invasões francesas de Duclerc e Duguay-Trouin no século XVIII. Fleiüss atribui grande importância a elas, enquanto os outros dois livros abordam-nas de forma mais breve e resumida. Em meio à descrição detalhada das invasões, e da forma como foram vencidas pelos habitantes da cidade, o autor exalta a vitória dos cariocas como um ato de sua coragem: “Ao governador (...) faltavam as qualidades militares para organizar habilmente, com as próprias forças, a resistência exigida em tão rudes circunstâncias. Ainda assim, secundado somente pela bravura do povo carioca (...) conseguiu vencê-lo (...)” [15]. Em seguida, afirma: “o povo carioca heroicamente correu às armas para salvar a cidade.” [16]. Esta é mais uma

forma de exaltar as qualidades dos “heróicos filhos da cidade” e de imprimir nos alunos o orgulho por serem cariocas.

Em outro capítulo, sobre o Primeiro Reinado, ao tratar das decisões e imposições das cortes portuguesas em relação ao Brasil, Max Fleiüss afirma: “Contra essa irritante imposição reagiram os patriotas do Rio (...)” [17]. Naquele momento do século XIX, segundo ele, os cariocas já demonstravam seu patriotismo, como haviam feito antes nas invasões francesas do século XVIII, que deveria ser um valor transmitido às novas gerações para que escrevia.

Max Fleiüss escreveu com mais detalhes sobre as questões do Império do que Delgado de Carvalho. Tratou das festas e da vida social como este, mas da política e administração também. Abordou as melhorias trazidas por D. João VI, antes do período do Brasil se tornar independente, pela princesa Maria Leopoldina no Primeiro Reinado, e por D. Pedro II no Segundo Reinado. Sobre este, afirmou: “A cidade do Rio de Janeiro, sob o seu governo, sofreu grandes modificações, realizadas às vezes lentamente, mas sempre com segurança, ordem e escrupulosa honradez.” [18].

Tal como Delgado de Carvalho, Max Fleiüss também tratou do desenvolvimento material e da expansão da cidade do Rio de Janeiro ao longo de seu livro, de forma detalhada, com capítulos em que abordou de forma mais específica estas questões. É especialmente extenso, nesse sentido, o capítulo “O Rio de Janeiro sob o governo de d. Pedro II”, em que aborda os colégios da cidade, os serviços (costureiros, floristas, hotéis, ourives, jornais, entre outros), chafarizes, palácios e palacetes, solares, estátuas e monumentos, igrejas e conventos, etc., acompanhados de uma breve descrição cada. A administração de Pereira Passos, item importante do programa de 1926, está colocada junto às melhorias feitas na cidade no período republicano, sem destaque especial como no livro de Delgado de Carvalho.

O livro de Max Fleiüss é o mais ilustrado dos três, e com a melhor qualidade de impressão das imagens. Destacam-se os mapas, a maior parte impressa em folhas especiais, de tamanho diferenciado em relação às outras, que se desdobram. Houve um investimento da Companhia Melhoramentos na impressão de imagens, pois quase todas aparecem no meio do texto (à exceção dos mapas e de um *fac simile* de uma página do primeiro jornal impresso na cidade), o que não era barato em termos de custos financeiros, e exigia recursos técnicos. As ilustrações, como foi dito anteriormente, eram também uma forma de aproximar o que estava sendo narrado da criança, e tornar o conteúdo mais concreto a seus olhos, de modo a facilitar a compreensão e assimilação dos conteúdos.

6. O livro de Nelson Costa

Nelson Costa é o único dos três que não foi membro do IHGB; foi professor diplomado pela Escola Normal do Rio de Janeiro, e autor de outros dois livros: *Páginas Cariocas* e *Páginas Brasileiras*, editados pela mesma livraria que publicou sua *História da Cidade do Rio de Janeiro* em 1933. Seu livro *Páginas Cariocas* está indicado em uma “Lista de livros de fácil consulta ou aquisição” elaborada ao final do livro de Delgado de Carvalho, indicando-se ali que foi adotado na Instrução Pública.

A linguagem de Nelson Costa é a mais simples dos três livros. Sem palavras muito rebuscadas, e com períodos e parágrafos curtos em geral, sua leitura é bastante fácil. Tem também muitas ilustrações, entre mapas, pinturas e bustos de personagens, como o livro de Max Flüss, embora apenas um dos mapas tenha sido impresso em folha especial que se desdobrava.

O autor cita também historiadores e cronistas de época e variada documentação, mas menos que os outros dois. Há, talvez, uma menor preocupação com o “rigor científico”,

embora a nota dos editores afirme o contrário, e maior com a escrita leve e agradável para os alunos das escolas primárias.

Enquanto Max Fleiüss e Delgado de Carvalho não tenham demonstrado seus sentimentos pela cidade de forma muito explícita, e não tenham dado mostras de ufanismo, Nelson Costa é o oposto. Ao longo de seu livro, declara sempre o quanto a cidade estava predestinada a ser sede do poder, em um tom de admiração e exaltação. Isto contraria em larga medida o que está escrito na nota dos editores, única espécie de prefácio ou introdução ao livro: “Escrito em linguagem simples (...) sem o tom apaixonado que invalida os escritos deste gênero (...)” [19]. Exemplo deste tom apaixonado é o seguinte trecho do primeiro capítulo do livro: “A baía de Guanabara apresentava perspectivas magníficas, vantagens e encantos que não podiam passar despercebidos ao espírito do nauta francês. Do que resultou não será estranho dizer que a opulenta capital brasileira é bem um presente da Guanabara, como o Egito é um presente do Nilo, na frase de Heródoto.” [20]. Segue, depois, a passagem: “É a baía de Guanabara uma das mais amplas, ricas e belas do mundo, favoravelmente situada e naturalmente defendida. (...) Sua beleza rivaliza com as das baías de Nápoles, Constantinopla e Sidney, mas a todas suplanta pela majestade das suas paisagens. Tem ela uma singularidade: reproduz o seu contorno a forma triangular do Brasil.” [21]. Este último trecho é bastante significativo; Nelson Costa nos dá a entender que até a forma da baía de Guanabara justificava que a capital do país fosse a cidade do Rio de Janeiro, porque, afinal, reproduzia o contorno do Brasil. A baía de Guanabara, sua descrição, e sua importância para o Rio de Janeiro é assunto recorrente nos três livros, mesmo porque constava nas recomendações do programa de 1926. Chama a atenção, porém, o modo como Nelson Costa a coloca em um papel tão central e fundamental que ela é, tal qual o Nilo para o Egito, o que possibilitou a existência da cidade.

Ao tratar das invasões francesas, Nelson Costa atribui grande importância não apenas a Estácio de Sá – a quem não exalta tanto como herói como o faz Max Fleiüss – mas também a Mem de Sá. Afirma que “grande foi a atividade, constância e bravura de Mem de Sá na conquista e organização do Rio de Janeiro.” [22]. Dando continuidade à narração da expulsão dos franceses, Nelson Costa assevera que a cidade já estava, desde então, destinada a ser a capital: “Quando, após a expulsão definitiva dos franceses, [Mem de Sá] se retirou para a Bahia, podia levar a convicção da grande obra que realizara, pois já então se podia prever que aquela seria a grande e bela metrópole do Brasil.” [23]. Depois, é novamente categórico nesse sentido: “(...) resolveu a Corte dividir o Brasil em dois governos, o primeiro com sede na Bahia (...) e o segundo com sede no Rio de Janeiro, abrangendo o sul, o que evidencia já a preponderância da cidade.” [24].

Embora Max Fleiüss afirme algo semelhante, o faz de forma menos enfática do que Nelson Costa: “Realizada, porém, a descoberta das minas de São Paulo e Minas, no último quartel do século XVII, (...) exerceu considerável influência econômica sobre os destinos do Rio de Janeiro, reservado desde logo a ser a futura capital do país.” [25].

Seu livro também aborda o desenvolvimento material da cidade, e a sua expansão, bem como a vida da população, as festas e costumes. Sua diferença em relação aos livros de Fleiüss e Delgado de Carvalho é que Nelson Costa traz o assunto ao final de quase todos os capítulos, e em uma seção separada especialmente para este fim, e com títulos que o explicitam, tais como “Desenvolvimento material”, “Recursos e costumes”, “A população”, “A vida carioca no Segundo Império”, entre outros.

O livro de Nelson Costa tem um aspecto interessante, único entre os três. Seu último capítulo tem uma seção final intitulada “A cidade futura”, em que afirma: “De tal forma se tem evidenciado o surto progressista do Rio de Janeiro que não é difícil prognosticar a sua

grandeza futura. Pelo conjunto das suas belezas naturais, aprimoradas pelos seus homens de governo, pelo seu povo laborioso e empreendedor, o Rio de Janeiro está destinado a ser a metrópole mundial. (...) Assim será o Rio de Janeiro, a grande cidade modelo, recebendo os seus hóspedes com fidalguia, proporcionando-lhes oportunidades variadas para apreciar, a par das belezas da sua natureza excepcional, o trabalho de seus filhos, o resultado da sua educação superiormente dirigida, o espetáculo magnífico duma região maravilhosa e supercivilizada.” [26].

7. Sobre os três livros

Há uma polêmica acerca daqueles que escreviam História regional, que consiste em saber se o que estavam construindo era desta natureza, de fato, ou se havia uma ampla utilização da História do Brasil em que eram inseridos alguns poucos fatos locais. Nos três livros analisados, ficou claro que os autores efetivamente fazem História da cidade do Rio de Janeiro. A peculiaridade de ter sido sede dos vice-reis, da Corte Portuguesa e depois se tornado capital federal faz com que o Rio de Janeiro tenha muitos fatos em comum com a História nacional. No entanto, esta não é o fio condutor primordial das narrativas de Delgado de Carvalho, de Max Fleiüss e de Nelson Costa. O que fazem os três autores é uma construção do passado da cidade, com alguns fatos de repercussão nacional inseridos na narrativa por ser inevitável fazê-lo.

Cada um dos autores construiu uma imagem própria para a cidade do Rio de Janeiro, que é partilhada por eles: um local que, ao longo da História, foi se destinando a ser o centro político-administrativo do país. Nelson Costa o faz mais explicitamente; Delgado de Carvalho e Max Fleiüss, menos. O povo carioca é em geral mostrado como valoroso, valente, disposto a defender sua cidade, e, como algumas vezes citado por eles nos livros, patriótico. Estas virtudes cívicas e o sentimento patriótico dos antepassados deveriam ser perpetuados pelas gerações para as quais estavam escrevendo.

Referências

- 1 - “O programa de História, relativo ao quarto ano primário, abrange a **História do Distrito Federal.**” (CARVALHO, Delgado. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926. p. 7) Mais à frente, Delgado de Carvalho dá a indicação do ano do programa (idem, p. 8)
- 2 - Grifos meus.
- 3 - CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- 4 - CARVALHO, 1926, p. 10.
- 5 - Idem, p. 7.
- 6 - Idem, p. 120.
- 7 - Idem, p. 124.
- 8 - Idem, p. 121.
- 9 - Idem, entre as páginas 120 e 121. As páginas com as ilustrações não têm numeração própria.
- 10 - Idem, p. 157.
- 11 - Idem, p. 125.
- 12 - FLEIÜSS, Max. *História da Cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1928. p. 5.

13 - Idem, p. 27.

14 - Idem, p. 33.

15 - Idem, p. 105.

16 - Idem, p. 106.

17 - Idem, p. 165.

18 - Idem, p. 183.

19 - COSTA, Nelson. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1933. p. 7.

20 - Idem, p. 12.

21 - Idem, p. 14.

22 - Idem, p. 34.

23 - Idem, p. 34.

24 - Idem, p. 34.

25 - FLEIÜSS, 1928, p. 92-93.

26 - COSTA, 1933, p. 185-186.